

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE – MG, REALIZADA NO DIA 27 (VINTE E SETE) DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, NO HORÁRIO DAS DEZENOVE HORAS.

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das dezenove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, situado a Praça São Francisco de Assis, nº 07, desta cidade, sob a Presidência da Vereadora Maísa Renata Batista Gianini, e Secretariada pelo Vereador Primeiro-Secretário, Pedro Sérgio Aparecido, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Verde, em caráter Ordinário, devidamente convocada na forma regimental, com presença verificada dos Senhores(as)Vereadores(as): João Paulo de Moraes, José Maria Messias, Juscelino Tereza, Lucas Guilherme da Silva, Liamara Pereira Castello Branco, Luiz Carlos Ribeiro, Maísa Renata Batista Gianini, Marcos Alexandre da Silva e Pedro Sérgio Aparecido. Em seguida, a Sra. Presidente solicita ao Vereador Lucas Guilherme da Silva que proceda a leitura de um texto bíblico como de costume. Iniciada a Reunião, a Sra. Presidente cumprimenta todos os presentes, e agradece a presença de todos nesta Reunião Ordinária desta Legislatura 2025/2028. Em seguida, passa-se a fase do **EXPEDIENTE**, e solicita ao Primeiro-Secretário, Sr. Pedro Sérgio Aparecido, que proceda a leitura das correspondências constantes no expediente, as quais ficarão arquivadas nas dependências da Secretaria da Câmara. Na sequência, passa-se ao **USO DA TRIBUNA LIVRE POR MUNICÍPIES**: Concede a palavra a Sra. Deliane Ribeiro Vilela Silva, Secretária da Educação, que falará sobre a forma de lotação dos professores e demais servidores da educação para o presente ano letivo, diante da convocação feita por esta Casa Legislativa para os devidos esclarecimentos. De uso da palavra s Secretária da Educação Senhora Deliane Ribeiro Vilela Silva, agradece pela convocação e diz ser importante para toda população estes esclarecimentos voltados aos trabalhos e responsabilidades da Secretaria da Educação. Faz uma ampla explanação da Gestão Educacional no Município, demonstrando através de slides os números, Legislações aplicadas e demais critérios seguidos pela pasta. Segue considerações finais na íntegra: “Sobre essas considerações finais, tomei a liberdade de pegar a fala da reunião anterior, tirei alguns dados específicos e vou falar sobre esses quatro pontos. Depois, se quiserem saber sobre outros assuntos, podemos falar também. Primeiro, sobre atos administrativos, que eu entendi como atos administrativos, é importante dizer que isso não é competência da Secretaria de Educação. Isso é competência do executivo, não é minha competência publicar decreto nem portaria. Isso é um ato exclusivo do prefeito. Porém, já está tudo pronto e o decreto vai sair amanhã. Sobre a portaria, acho que o nome foi bem escolhido. Alguns podem se perguntar por que só agora isso está sendo feito. Porque até então não houve necessidade; durante meus 33 anos na prefeitura, isso nunca foi feito dessa forma documentada. Primeiro, acho que houve alguns equívocos em relação à fala do vereador Lucas e às palavras que são usadas. Assim como o senhor foi funcionário da rede estadual, eu também fui. Na rede estadual, usamos termos que não cabem na rede municipal, como "transferência". No município, não existe uma lotação específica como na rede estadual. Quando faço um concurso para a rede estadual, estou fazendo para trabalhar numa escola específica, mas isso não acontece no município. Quando

você lê o edital, está fazendo um concurso para a prefeitura, não para uma escola específica. Os editais que li até agora não direcionam o servidor para uma lotação específica. Por exemplo, quando você faz um concurso para ser professor, está habilitado para dar aulas na educação infantil ou anos iniciais, mas não está escrito que você vai ser lotado em uma escola específica. Eu sou funcionária da prefeitura. Quando você faz concurso para auxiliar de serviços gerais, é ainda mais abrangente, porque inclui todas as secretarias, não apenas a Secretaria de Educação. A não ser que, daqui em diante, façam editais diferentes. Os editais aos quais nossos funcionários foram submetidos não têm isso de lotação específica. Já lutei muito por isso, já quis muito que assim fosse, mas as próprias servidoras não concordavam, porque não convém. Hoje, moro aqui e trabalho no município X em outro período. Não estar lotada em uma escola específica me convém, pois, como professora, tenho direito de trabalhar em dois cargos. Isso é constitucional. Quando falei de bom senso, entendi que nunca houve falta de bom senso, se é um direito. Sou profissional e trabalhei mais de 30 anos nas duas esferas do governo. Então, como era feito sem documentação? Já houve muitos critérios diferentes. Por exemplo, tínhamos o caderninho da porta esperança, onde a professora escrevia seu interesse para o próximo ano. A educação renova e recomeça todo ano. Tenho que começar desde as matrículas, identificar as crianças que vão estudar e os profissionais que vão atender essas crianças. Então, não existe essa transferência. O que se faz no município é diferente da rede estadual. Quando você faz um concurso para ser professor, está habilitado para dar aulas na educação infantil ou anos iniciais. Mas, novamente, não está escrito que você vai ser lotado em uma escola específica. Não sou funcionária de uma escola específica, sou funcionária da prefeitura. Durante esses anos, os critérios mudaram. A professora escolhia a escola, o turno, a turma e até os colegas de trabalho. Porém, o resultado não estava aparecendo. Cadê a aprendizagem das crianças? Mesmo com direito de escolha, a aprendizagem não veio. Capacitação em serviço é uma questão de motivação. Se fosse uma empresa privada, ninguém estaria trabalhando ou pagando pelos próprios cursos. Aqui, além de ganhar o curso, você recebe até hora extra quando as horas são extrapoladas. Nenhum município vizinho faz o que estamos fazendo aqui. Profissionais que optaram por fazer o curso em seu município acabaram voltando quando perceberam que estávamos pagando. Portanto, o caderninho da porta esperança não funcionou. Precisamos organizar nosso quadro de funcionários para o início do ano letivo. Desde agosto de 2024, todas as funcionárias sabiam que a seleção de profissionais seria feita pela equipe pedagógica. Nossa equipe pedagógica é concisa e dedicada. A gestão escolar, formada pela direção e supervisão escolar, está de olho no trabalho. Professora que insiste em fazer a mesma coisa da mesma forma, mesmo com pedidos para modificar o trabalho, precisa entender as queixas dos pais. No mundo tecnológico atual, temos que pegar o telefone e ligar para verificar a situação dos funcionários. Mesmo estando de férias, a equipe gestora veio voluntariamente à reunião, mostrando firmeza. Escolheram escola, horário, alunos e colegas de serviço, mas o resultado não veio. Ah, mas quem avalia só o quinto ano? Não, senhora. É cada martelada, uma de cada vez. Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Cada gotinha, desde que o menino pôs o pezinho dentro da escola, ele é responsabilidade da escola enquanto estiver lá. Eu nem gosto que falem

de dever de casa, porque acredito que temos que fazer a diferença enquanto o aluno está na escola. Porque, quando ele sai da escola, a responsabilidade é dos pais, da sociedade. Mas enquanto está comigo dentro da escola, é minha responsabilidade. Eu tenho que fazer a diferença e não posso tratar meus alunos de forma diferente entre eles. Agora, imagine se os alunos pudessem escolher seus professores. Tem professores que ficariam sem alunos. E estamos falando de uma instituição pública, onde os atos são feitos de maneira correta. Ainda assim, fico lisonjeada por estar aqui e espero que sempre me convoquem, pois gosto do que faço, mas com firmeza, clareza e verdade. Sem isso, não trabalho. Outro ponto, sobre a motivação. O que levou a essa modificação foi a necessidade de garantir a aprendizagem dos alunos. Inúmeros funcionários foram trocados de funções, e a portaria será publicada amanhã, tornando público as modificações. A mudança foi feita para o bem dos alunos, e a equipe gestora acompanhou todo o processo. É importante adequar a legislação vigente. No final de 2023, a Secretaria de Estado publicou uma legislação sobre quem pode dar aula para quem. Nosso diploma de Magistério nos habilitava a trabalhar com alunos do primeiro ao quarto ano até 2023. Após essa data, não podemos mais dar aula para a educação infantil sem a habilitação correta. Precisamos adequar a legislação para que os profissionais trabalhem em suas competências. Cada um quer saber o motivo específico de sua realocação, e eu estou disposta a explicar individualmente. Prefiro entender o medo como respeito, pois ninguém me procurou diretamente. Somos servidores, e a avaliação é parte do nosso trabalho. A capacitação em serviço é essencial. Estou finalizando a padronização do ensino, e os uniformes estão prontos, apenas aguardando a confecção. O que entendo é que devemos trabalhar juntos, vestindo a mesma camisa. Precisamos de uma convivência harmônica entre executivo, legislativo e judiciário. Se o profissional não está satisfeito, deve procurar o RH e fazer a queixa, ou até o Ministério Público, se necessário. Acho que fica até difícil para a Câmara de Vereadores trabalhar nesse sentido, porque, no meu humilde pensamento, não é parte da Câmara legislar em relação a funcionários. Se há uma queixa, ela deve ser dirigida à administração, ao executivo ou ao judiciário. A função da Câmara é aprovar legislações e fiscalizar as prestações de contas. Não devemos nos envolver em assuntos que não são da nossa competência, senão acaba ficando como na educação, onde assumimos responsabilidades que não são nossas. Cada um na sua função, desde que exista harmonia entre os poderes. Já deixei claro para vocês que, se não houver um aumento e uma aprendizagem significativa, não teremos ICMS. A cesta de recursos continuará a mesma. Todos os recursos estão dentro dessa cesta. Se queremos buscar o aluno na porta da casa dele, é dessa cesta que sairá o recurso. Se queremos realizar outros projetos, é dessa mesma cesta que sairá o recurso. Temos que trabalhar com o básico e, depois, ver o que é possível ser feito além disso. Muito obrigada, acho que terminei”. De uso da palavra a Vereadora Máisa Renata Batista Gianini diz que gostaria de agradecer sua presença aqui. Acredito que tenha ficado muito claro todo o trabalho da educação. Você explanou muito mais do que tínhamos pedido, mas conseguimos compreender que, para você chegar a essa conclusão, foi necessário detalhar as etapas. Acredito que todos os vereadores aqui presentes compartilham o sonho de que todos os secretários viessem aqui e entregassem um planejamento desse tipo em nossas mãos.

Acho que saberíamos melhor como responder às pessoas sobre obras e outros assuntos. Quem dera se cada secretário apresentasse esse calendário para nós! Para finalizar, antes de passar a palavra aos meus colegas, para ver se têm alguma pergunta ou colocação, gostaria de parabenizá-la. Como educadora, com 26 anos dentro da sala de aula, acredito que os protagonistas que precisam estar felizes, aprendendo e seguros são nossos alunos. Precisamos pensar nisso e recebê-los com um sorriso no rosto. Tenho certeza de que cada pai que confia seus filhos na educação pode falar isso com propriedade. Meus filhos nunca foram para escolas particulares. Tenho três filhos: um na faculdade, que fez até o terceiro ano do ensino médio na Escola Pedro Saturnino, e dois ainda estão na Escola Pedro Saturnino. Já trabalhei em escola particular e falo para todos que encontro que a nossa educação em Cabo Verde é semelhante a uma escola particular. Além de todo o aprendizado, ainda temos cuidado e amor com os alunos. Graças a Deus que assim continue. Gostaria que os outros secretários também nos desafiassem a participarem de reuniões assim. Tenho certeza que ficaríamos muito felizes se cada segunda-feira, começando nossas reuniões mais cedo, pudéssemos ter uma equipe de secretários como você. Parabéns e muito obrigada. O legislativo agradece por você ter vindo e explanado tão bem esse trabalho. Tenho certeza que os educadores do ensino fundamental II e do ensino médio precisam abrir os olhos, se unir e fazer um trabalho de excelência, pois nossas crianças e jovens merecem isso. Algum vereador deseja fazer alguma colocação? De uso da palavra o Vereador Lucas Guilherme da Silva diz que queria deixar claro que o que trouxe na reunião passada não tem nenhum intuito pessoal em relação à senhora Secretária. A senhora foi minha professora e admiro muito a sua pessoa. Seu filho é meu irmão de maçonaria, então, realmente, não há nada de pessoal. Fiquei assustado que praticamente duas dezenas de profissionais da educação, sejam professoras ou não, me procuraram. Sei da dificuldade do serviço que a senhora enfrenta. Todos na condição de liderança têm um grande desafio pela frente. Imagino o tamanho do desafio da senhora, especialmente em relação às pessoas, tanto ao público interno quanto ao externo, sem falar das verbas que sabemos ser escassas em determinadas ocasiões. Tenho algumas perguntas para fazer à senhora e tentarei ser o mais objetivo possível, por conta do tempo. Vamos lá. Em relação à movimentação dos professores, a senhora mencionou "transferência" e eu usei esse termo na reunião passada. O termo mais correto é movimentação, já que toda vez que um servidor é mudado de local, trata-se de uma movimentação. A senhora confirma que os servidores receberam a comunicação dessa movimentação por telefone? A Secretária Deliane responde: Sim, a primeira vez foi, de fato, por telefone. Precisávamos saber quantas funções eram necessárias para podermos correr atrás do processo seletivo, verificar se tínhamos recursos disponíveis, porque não supria a necessidade. Portanto, o primeiro contato foi via telefone. O Vereador Lucas pergunta: em relação a alguns profissionais movimentados, eles ingressaram com ação contra a prefeitura. Inclusive, há testemunhas do processo contra a prefeitura entre os que receberam a ligação. A motivação para essa movimentação foi decorrente desse processo judicial? Foi pelo fato de terem ingressado com esse processo na justiça ou não? Secretária Deliane Será que entendi a sua pergunta? Vereador Lucas: Vamos lá. Há um processo de alguns servidores contra a prefeitura, e vou ser mais específico

aqui: alguns profissionais já tinham processo anterior e têm um processo ainda correndo. A movimentação desses profissionais da educação foi motivada por esse processo judicial em andamento? Secretária Deliane: Não, não tenho certeza que não mesmo. Eu não tenho acesso a tudo isso, a toda essa movimentação, a não ser no dia em que preciso fornecer alguma prova. Quando isso ocorre, a advogada me chama e me diz o que precisa ser respondido. Eu, Deliane, profissional da educação, estou aqui com minhas colegas que não me deixam mentir de jeito nenhum. Sou professora e, inclusive, digo para elas e incentivo: "Teu direito não está garantido? Vai procurar a justiça." Quantas e quantas vezes eu disse isso aqui! Muitas dessas ações estão sendo tramitadas por conta dessa fala minha. Eu não sou contra isso; sou extremamente a favor. Se é teu direito receber X e não foi pago, justiça. Então, há muitos processos correndo sim na justiça, mas tenho que te dizer com toda certeza que isso não foi motivo nenhum para a movimentação. Vereador Lucas: Certo, e a senhora mencionou durante sua fala que, se algum dos profissionais quiser saber o real motivo da movimentação, pode procurá-la para falar o real motivo. Esse motivo real, da mesma forma que a senhora falaria para esses profissionais em particular, estará no ato administrativo que vai ser publicado? Secretária Deliane: Olha, se for específico, sim. Eu entendo, Lucas, que eu não vou tornar público um ato em que eu diga "você foi remanejado porque o pai fez inúmeras queixas sobre você". Acho que isso é um acordo que devo fazer diretamente com a pessoa envolvida. Vereador Lucas: Em relação a essas queixas, não teria outros mecanismos administrativos como uma advertência, uma suspensão? Secretária Deliane: Sim, tem. Mas isso não foi o caso da motivação aqui. Primeiro, o índice do envolvimento da aprendizagem não está legal, gente. Não está legal em nenhuma escola. E essas alterações não foram feitas em apenas uma escola; todas as escolas passaram por alterações. Vereador Lucas: A senhora chegou a orientar as professoras a não participarem de uma reunião para tratar sobre o repasse do FUNDEB aqui na Câmara Municipal no passado? Sim ou Não? Secretária Deliane: A não participar? Ué, gente, como assim? Eu sou a primeira incentivadora para que compareçam, apareçam e briguem pelos nossos direitos. Nunca fiz isso. Vereador Lucas: A senhora chegou a falar as seguintes frases para os profissionais da educação? Eu vou ler todas aqui e depois a senhora responde, por favor: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo." "O tempo não está dando para cumprir as tarefas? Acorda às três da manhã pra trabalhar." "O que você faz à meia-noite, às seis da manhã?" "Não estão satisfeitas? Abra um bar na esquina." "Ninguém colocou uma arma na sua cabeça para você estar aqui." "Não está satisfeita? Vai fazer outra coisa." "Se quiser ficar aqui, tem que ser assim mesmo." "Vocês não são obrigados, mas têm obrigações." "Se não quiser trabalhar dessa forma, está cheio de profissionais que querem uma vaga. Peça para sair." Secretária Deliane: Eu acabei de repetir muitas dessas frases aqui e continuo repetindo. Sabe por quê, Lucas? Porque eu sou como rapadura: doce quando precisa, mas firme. Essas falas jogadas ao vento fazem parecer que sou a maior megera do mundo, mas as coisas não funcionam assim dentro de um setor público. Não sou obrigada a nada, nem no público nem na vida pessoal. Ninguém aqui é obrigado a nada, a não ser responsável pelos atos e pelas consequências dos atos. Você não é obrigado, mas se assumir uma responsabilidade,

Você tem obrigação. Você é obrigado a estar aqui toda segunda-feira nesse horário? Não, mas desde que assumiu o cargo de vereador, tem a obrigação de estar aqui. Entendeu o contexto? Sim, eu uso mesmo essa fala. Agora, "abre um bar na esquina"? Tenho certeza que essa frase não saiu da minha boca. Mas contextualizando, se você não quer arcar com o edital do concurso que passou, abra um PJ e administre seu próprio negócio. Porque ser gestor público, como eu estou aqui, não é fácil. Fácil é ser gestor quando você paga o salário, porque, se não te serviu, você dispensa. No poder público, as coisas não funcionam assim. Vamos entrar com ato administrativo, rever tudo, e assim por diante até chegar a uma conclusão. Então, eu não sou obrigada, mas tenho obrigação. Como falei hoje, as palavras ainda são válidas: quem está jogando no meu time, está vestindo a camisa do meu time e está jogando na oposição? Isso não pode. Estou falando mentira? Vereador Lucas: Em relação à senhora Vanessa e à senhora Sandra, que estão aqui na Câmara Municipal, a senhora pode nos informar quem ficará no lugar delas na escola da Serra dos Lemes? Secretária Deliane: Ainda não tem um profissional definido para substituir. Precisamos finalizar essa questão dos efetivos antes de tomar essa decisão. Vereador Lucas: Certo, sobre os alunos autistas, eles contarão com o apoio de um profissional especializado na escola? Secretária Deliane: Como mencionei sobre a adequação da legislação, todos os alunos que precisam do atendimento educacional especializado — hoje temos 42 alunos — não vão precisar de 42 profissionais especializados. A psicóloga, junto com a equipe de atendimento, conseguiu agrupar alunos com necessidades semelhantes, por exemplo, três meninos com a mesma necessidade ficam na mesma sala, dois na outra e assim por diante. Então, acredito que serão contratados 36 profissionais de apoio, mas não professores especializados. A resolução mudou. Vereador Lucas: A própria legislação, a lei 12.764 de 2012, fala sobre o profissional de apoio especializado. Realmente, a lei não menciona especificamente o professor, mas usa o termo "especializado". Secretária Deliane: O que diz a portaria número cinquenta? Vamos lá, depois você pode até me ajudar nisso. O Conselho Nacional de Educação definiu que "apoio" não se refere a um professor titulado e habilitado. Essa definição foi publicada em uma resolução no final de novembro de 2024. A portaria número cinquenta deixou claro que o profissional de apoio é aquele que atende todas as necessidades da criança, exceto as cognitivas. A responsabilidade pela aprendizagem significativa é do professor regente da turma. Para deixar bem claro, vou explicar o contexto. Eu sou a professora regente, e vocês são meus alunos. Mas, a dona Maísa aqui tem necessidade educacional especial, ela é autista. Para ela, contrata-se um professor formado e habilitado. O que acaba acontecendo é que, muitas vezes, a professora regente, que tem a turma sob sua responsabilidade, entende que a Maísa é aluna do profissional de apoio e não sua. Isso foi uma das condições que o Conselho Nacional de Educação analisou. O profissional de apoio é aquele que atende todas as necessidades da criança, menos as cognitivas. A aprendizagem significativa é responsabilidade do professor regente da turma. Por exemplo, se um aluno é cadeirante, ele precisará de alguém que o leve ao banheiro e em todas as atividades físicas, mas esse profissional não precisa ser um professor habilitado, de acordo com essa resolução. O profissional de apoio deve ser especializado para essas funções, e essa resolução é nova, acabamos de recebê-la.

Vereador Lucas: Tá ok. Última pergunta, a senhora pretende reabrir a creche na Serra dos Lemes? Secretária Deliane: Deixa eu deixar bem claro aqui. Gostaria que todas as creches estivessem abertas e cheias de crianças, mas não há demanda para isso. Na Serra dos Lemes, tenho 7 crianças no prédio 4 e 8 no prédio 5. Isso porque os pais são obrigados a matricular as crianças a partir dos quatro anos. A creche da Serra fechou porque só tinha quatro crianças que frequentavam. Não vou fazer mau uso do dinheiro público. Abrir uma instituição funcionando manhã, tarde e noite, contratar funcionários, com despesas de saúde, alimentação e tudo mais, por conta de quatro crianças, não é viável. O Ministério Público também entendeu isso. Se houver demanda, abriremos tranquilamente.

Vereador Lucas: Eu quero deixar para a senhora, para eu encerrar, um compilado que fiz de forma bem informal. Já vou adiantando para a senhora que contém alguns questionamentos e algumas falas das profissionais, que passei para o papel. Quero deixar para a senhora ter conhecimento e ciência. Eu queria pedir para a senhora olhar para esses questionamentos com humanidade. Sei que a senhora tem uma postura muito firme, e às vezes acredito que sou muito assim também. Mas às vezes podemos perder um pouco a humanidade, não estou dizendo que é o caso da senhora. Gostaria muito de pedir para a senhora olhar com humanidade para todos esses questionamentos. Realmente acho que a senhora tem razão em boa parte do que falou, mas também acredito que as profissionais têm a razão delas. Como disse para a senhora, são duas dezenas de profissionais, não é uma ou duas, então isso é preocupante. Vou deixar com a senhora e peço que dê uma atenção especial a isso. Obrigado, secretária.

Vereador Luiz Carlos: Eu gostaria de agradecer a sua vinda e, mais uma vez, você nos mostrou com grande qualidade. Eu não fui seu aluno, mas fui seu colega, e mais uma vez você está mostrando essa beleza e qualidade no trabalho que está prestando na Secretaria da Educação. Parabéns pelo seu trabalho e que continue assim, porque você é muito batalhadora e sempre sabe o que faz. Parabéns, Daiane.

Secretária Deliane: Estou sempre à disposição para ajudar sempre que precisar. Inclusive, gostaria de deixar um convite para que possamos ir jantar juntos ou tomar um café. Não vou marcar uma data agora, mas essa é uma oportunidade para conversarmos mais um pouco e compartilhar mais informações.

Vereador Luiz Carlos: Se for o caso, a proposta é fazermos algo similar ao que você fez no ano passado. E é interessante!

Vereadora Presidente Maísa: Eu acho que a gente sempre vai estar aprendendo mais e mais, sem formalidades, certo? É importante a gente passar o mapa para explicar direitinho onde estará cada professor, os apoios, a direção e como tudo funciona. Acho isso muito importante. É um planejamento do que vai acontecer, e acredito que assim os vereadores ficarão satisfeitos. Agradece a presença da Secretária Deliane aqui nesta noite nos trazendo informações a forma de lotação dos professores e demais servidores da educação para o presente ano letivo, saiba que esta Casa Legislativa sempre estará à disposição para quando aqui quiser se fazer presente. Em seguida a Sra. Presidente consulta o Vereador Segundo - Secretário, Sr. Marcos Alexandre da Silva, se há inscritos para utilização da palavra livre. Este informa, que estão inscritos para utilização da palavra livre os Vereadores Lucas Guilherme da Silva e Marcos Alexandre da Silva. De uso da palavra o Vereador Lucas Guilherme da Silva cumprimenta todos presentes, e aqueles que estão acompanhando esta Reunião pela

Internet. Quero me dirigir aos profissionais da educação que estão aqui e aos que estão acompanhando de casa, bem como à senhora secretária de educação. Primeiramente, senhora secretária, cabe sim ao vereador a convocação do secretário para esclarecer dúvidas e perguntar sobre questões pertinentes. Isso está no regimento interno e é dever do vereador investigar determinadas situações, inclusive por meio de comissões parlamentares de inquérito. A senhora mencionou que faz 33 anos que a movimentação dos servidores ocorre dessa forma, mas, se isso é verdade, faz 33 anos que está errado. Temos jurisprudências que demonstram que uma movimentação por telefone não pode ser realizada e precisa de um ato administrativo publicado, com a devida motivação. Vou ler rapidamente uma decisão do Tribunal de Justiça: Apelação Cível e Reexame Necessário. Direito Administrativo. Mandado de Segurança. Município de Afuá. Remoção de Professor Ex Officio. Ausência de Motivação. Ilegalidade. Concessão da Segurança. Direito Líquido e Certo. Configuração de Nulidade do Ato. Sentença Mantida. Apesar do servidor público não ser detentor da prerrogativa da inamovibilidade, o ato administrativo que determina sua remoção para outra escola deve ser pautado na conveniência do serviço ou no interesse da administração pública. O ato de remoção, embora seja discricionário, deve apresentar os motivos que demonstrem o interesse público, sob pena de nulidade. A ausência de motivação revela ilegalidade e culmina com a nulidade do ato administrativo para todos os efeitos jurídicos. Recurso de Apelação conhecido e improvido. Sentença mantida na integralidade. Se o servidor quiser recorrer à justiça, ele pode e acredito que alguns já estão em contato com seus advogados. Uma movimentação sem ato administrativo publicado, com motivo claro, pode ser anulada na justiça. Temos que pensar nas consequências para as famílias dos servidores, principalmente para aqueles que já têm direito adquirido e trabalham há muito tempo no mesmo local. Enfim, o ato precisa ser motivado e publicado. Por telefone, orientei as profissionais a não cumprirem a ordem até que o ato seja publicado. É o direito delas. Precisamos considerar o impacto das movimentações, e o administrador público deve agir com responsabilidade. Encerrando, tivemos um comentário na nossa live da diretora da escola Major Leonel, que mencionou que inúmeros alunos chegam aos anos finais sem compreender conceitos básicos de matemática e habilidades mínimas de língua portuguesa. Precisamos de uma mudança urgente na qualidade do ensino. Espero que a senhora, enquanto gestora, olhe para esses questionamentos com humanidade. Senhoras e senhores, aos profissionais que se sentiram prejudicados, procurem a justiça. É um direito de vocês, mas também conversem com a secretária para buscar uma solução conciliadora. Obrigado. De uso da palavra o Vereador Marcos Alexandre cumprimenta a todos que vieram assistir à nossa reunião e ao pessoal que está assistindo à live em casa. Eu queria fazer um agradecimento ao pessoal da prefeitura que foi realizar um serviço hoje na Serra dos Lemes. O trabalho ficou excelente. Agradeço ao Neca, que está trabalhando lá, e ao Eduardo, do Distrito de São Bartolomeu São Bartolomeu de Minas, que fizeram um serviço excelente no local. O aterro que vai para a Serra dos Lemes estava cedendo devido ao excesso de chuva e umidade, sendo um aterro antigo. Vou conversar com o prefeito para ver se conseguimos substituir as manilhas antigas, que são restos de ponte de madeira velha, por aduelas novas. Agradeço também ao

Armando Carrinho, que cedeu as madeiras para fazer o empanado do aterro, e ao pessoal vizinho que demoliu a cerca para a máquina trabalhar, sem necessidade de a prefeitura mandar funcionários. Todos os situantes contribuíram. Isso mostra como as coisas funcionam quando a prefeitura e os moradores trabalham juntos. Se cada um ajudar um pouquinho, conseguimos fazer mais pela população. Muitas vezes, as pessoas não querem perder tempo, mas se a comunidade colaborar, as coisas acontecem. Agradeço novamente ao pessoal, o serviço ficou excelente. É só isso, obrigado. Na sequência, passa-se a **ORDEM DO DIA**. Na sequência, consulta os Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo com a suspensão da leitura da Ata de acordo com a Resolução 006/2013. Os Senhores(as) Vereadores(as) se manifestam favoráveis à suspensão da leitura da Ata da Reunião Ordinária, pois já vieram até a Secretaria antes dessa Sessão e procederam a leitura da mesma, averiguando seus conteúdos. A Ata é aprovada pelos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. Encaminha o Projeto de Lei de nº 02/2025 que, **DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE VIGILANTES ARMADOS EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS, COOPERATIVAS DE CRÉDITO, ESCRITÓRIOS DE NEGÓCIOS FINANCEIROS, POSTOS DE ATENDIMENTO, UNIDADES DE ATENDIMENTOS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES COM CAIXAS ELETRÔNICOS NO MUNICÍPIO DE CABO VERDE/MG**, de autoria do Vereador Lucas Guilherme da Silva, Projeto de Resolução nº 02/2025 que, **INSTITUI NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE A ESCOLA DO LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**", Projeto de Resolução nº 03/2025 que, **"ALTERA OS REQUISITOS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR, PREVISTAS NOS ANEXOS I E II DA RESOLUÇÃO Nº 03/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, as Comissões de Legislação, Justiça, Redação e demais Comissões Permanentes para análise, discussão, elaboração de Pareceres e votação. Consulta os(a) Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo que os Projetos de Resolução 02 e 03/2025, de autoria da Câmara Municipal, Projeto de Lei de nº 02/2025, de autoria do Vereador Lucas Guilherme da Silva, sejam analisados, discutidos e votados, ainda hoje, em regime de urgência, diante da necessidade da legalização através da instituição da Escola do Legislativo para o devido atendimento e prestação deste serviço a partir de fevereiro de 2025 pela Câmara Municipal e necessidade de maior segurança da população nas agências bancárias e estabelecimentos similares com caixas eletrônicos. Os(as) Vereadores(as) podem se manifestar. Estando todos(as) de acordo, os referido Projetos de Resolução e Projeto de Lei, serão analisados, discutidos e votados, ainda hoje, em regime de urgência. Na sequência, passa-se a solicitação de envio dos Requerimentos pelos Senhores Vereadores(as). A Sra. Presidente indaga se algum Vereador(a) deseja comentar ou fazer algum requerimento verbalmente. De uso da palavra o Vereador Lucas Guilherme da Silva requer o que segue: **a) Que seja retirado um tronco existente em uma encruzilhada no Bairro Corujas, em frente à casa do Sr. conhecido por "José Brazinho". O tronco, o qual é muito grande, está em um local perigoso atrapalhando o trânsito e colocando em risco os usuários da via vicinal. Faz mais de seis meses que o tronco está no local, a Prefeitura já foi avisada, inclusive uma máquina foi enviada ao local para retirá-lo, contudo, segundo os moradores, o maquinista não quis arrastar o tronco mesmo com o oferecimento de auxílio dos moradores com seus tratores particulares. Eu gostaria de solicitar ao executivo a**

retirada de um tronco bem grande que está no bairro Corujas, mais especificamente em um local conhecido como Corujas de Cima. Esse tronco está numa encruzilhada desde a pré-campanha e já entrei em contato com alguns profissionais da prefeitura, solicitando por telefone e por WhatsApp, mas até agora nada foi feito. Os moradores também pediram, e a máquina chegou a ir ao local, mas o maquinista não quis mexer no tronco, mesmo com a oferta de ajuda dos populares com outros tratores. Gostaria de pedir à prefeitura que providencie uma solução, pois o tronco está em um local perigoso para quem usa a via, além de ser esteticamente desagradável. Já faz muito tempo que isso foi solicitado, e a inércia da prefeitura para resolver questões simples é preocupante. **b)** Que seja colocado manilhas para escoamento de água na estrada do bairro corujas, mais especificamente no morro onde mora o Sr. conhecido como “João Brazinho”, para evitar erosões. **c)** Que seja providenciado manutenção na estrada da Serrinha, no Bairro Corujas, tendo em vista que, segundo moradores, o local é esquecido pela Prefeitura e está precisando de reparos. Peço também a manutenção da estrada da Serrinha, no bairro Corujas, pois, segundo os moradores, o local é esquecido pela prefeitura e precisa de reparos. Além disso, é necessária uma manutenção geral nas estradas do bairro Corujas, incluindo roçar as beiradas da via vicinal, podar galhos e passar veneno no mato que está crescendo. Essa necessidade é comum em todo o município. **d)** Que seja providenciada manutenção geral nas estradas do bairro Corujas, onde há necessidade de roçar as beiradas da via vicinal, podar galhos e passar veneno no mato que está crescendo. **e)** Que seja colocada tela de proteção na ponte improvisada para os pedestres passar existente no bairro Capitães, tendo em vista que no local passam crianças e atualmente não há proteção eficiente. Aproveitando a presença da senhora secretária de educação, gostaria de pedir ajuda para cobrar dos responsáveis na prefeitura para colocação de tela de proteção na ponte improvisada para pedestres existente no bairro Capitães. No local, passam crianças e atualmente não há proteção eficiente, apenas duas cordinhas de cada lado, na altura do joelho. Os pais estão preocupados com a volta às aulas e o risco de acidentes, principalmente em dias de chuva, quando a madeira fica lisa. Isso é um perigo muito grande para as crianças que ali transitam. **f)** Que seja providenciada manutenção na estrada do bairro Vargem São José, mais especificamente em frente a casa do Sr. Antônio Leonel, onde as chuvas descem pela estrada e chegam à cozinha da residência, causando transtornos para a família. Por fim, solicito a manutenção na estrada do bairro São José, mais especificamente na frente da casa do senhor Antônio Leonel, onde as chuvas descem pela estrada e chegam à cozinha da residência, causando transtornos para a família. Essa situação já ocorre há vários anos, e o prefeito já prometeu resolver, mas até agora nada foi feito. Formalizo aqui esse pedido para que uma solução seja encontrada. De uso da palavra o Vereador Marcos Alexandre da Silva requer o que segue: **a)** Requer que sejam tomadas providências urgentes quanto a melhoria no sinal da torre de telefonia VIVO instalada no Distrito de Serra dos Lemes, pois o sinal está muito ruim, prejudicando muito os moradores do local na utilização de seus celulares diariamente. De uso da palavra o Vereador Pedro Sérgio Aparecido requer que seja realizada roçagem de um terreno da Prefeitura localizado na Avenida Prefeito José Romão de Souza, próximo ao nº 401, Bairro Chapadão, pois o mesmo encontra-se com mato

muito alto com grande proliferação de animais peçonhentos que entram nas residências próximas a este local citado. Que a administração realize a roçagem e limpeza de todos os terrenos da Prefeitura que estão nestas condições em toda cidade. De uso da palavra o Vereador João Paulo de Moraes requer o que segue: **a)** Requer a pedido dos moradores do Bairro Chapadão que os equipamentos da academia ao ar livre que se encontram depositados próximos ao Conselho do Bairro sejam instalados, pois pessoas que utilizam destes equipamentos para realização de seus exercícios físicos estão reclamando da desinstalação dos mesmos, lembrando ainda que os equipamentos estão se deteriorando com as intempéries da natureza. De uso da palavra a Vereadora Liamara Pereira Castello Branco requer o que segue: **a)** Requer que seja construída uma rampa de acesso entre o muro do PSF do Bairro Chapadão e Casa da Criança Feliz, pois as pessoas que frequentam estes locais utilizam-se muito deste atalho, o qual precisa ser melhorado, para uma maior segurança das pessoas que acessam estes locais públicos. Eu fiz um requerimento para que seja construída uma rampa de acesso entre o muro do PSF do bairro Chapadão e a Casa da Criança Feliz, pois as pessoas que frequentam esses locais estão utilizando mais esse atalho do que a própria entrada principal da Casa da Criança. Recentemente, uma senhora caiu lá, e um vizinho teve que socorrê-la. Portanto, a construção de uma rampa que dá acesso a esse atalho é essencial para a segurança dos frequentadores. **b)** Requer que seja providenciado com a maior urgência, uma cobertura e bancos para as pessoas que aguardam para tirar fichas no PSF do Bairro Chapadão, principalmente no dia de agendamento de consultas ginecológicas, pois as pessoas ficam na madrugada aguardando na chuva, até que o servidor chegue ao local e distribua as senhas para atendimento, sem falar que muitas pessoas que aguardam na fila não conseguem ficha, pois trata-se de um número específico deste atendimento. Outra solicitação urgente é a providência de uma cobertura e bancos para as pessoas que aguardam para tirar fichas no PSF do bairro Chapadão, especialmente nos dias de agendamento de consultas ginecológicas. Muitas pessoas chegam de madrugada, enfrentando chuva e outras intempéries, sem ter onde sentar. Recentemente, no dia 20, havia mais de cinquenta mulheres aguardando desde as três horas da manhã. É uma situação humilhante e desumana. Sugiro que os agentes de saúde façam um planejamento para que não seja necessário que todos cheguem ao mesmo tempo. Mostrando a foto dos bancos improvisados com blocos de concreto, um vizinho relatou que abre sua garagem para abrigar as mulheres durante a chuva. Portanto, uma solução seria construir bancos adequados e uma cobertura, ou abrir o posto de saúde para que as pessoas possam esperar lá dentro. Além disso, a funcionária do Postinho pegou apenas 40 fichas e as demais pacientes tiveram que ir embora, mesmo que esperaram desde às 03h. **c)** Requer que seja encaminhado a esta Casa projeto de lei, com máxima urgência, que trate dos procedimentos regulamentares para a destinação de recursos públicos às entidades do município, em conformidade com os fundamentos e justificativas a seguir expostos: I - Fundamentação Jurídica; Lei Federal nº 13.019/2014: O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) estabelece normas gerais para a formalização de parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil (OSCs). O artigo 31 da referida lei prevê hipóteses de inexigibilidade de chamado público, permitindo transferências diretas de recursos

quando há inviabilidade de concorrência, desde que uma entidade beneficiária seja identificada na lei; Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) : Garantir que os atos de gestão pública sejam amparados em princípios de transparência, eficiência e responsabilidade fiscal; Constituição Federal (Art. 37) : Exige que a administração pública atenda aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e impessoalidade. II – Justificativa: Necessidade de Rapidez nos Repasses: Entidades do município, como o Asilo (Lar Santo Antônio), Hospital São Francisco, APAE e Conselhos de Bairros, enfrentam dificuldades para acessar recursos destinados por meio de emendas parlamentares; Interesse Público : Tais entidades desempenham papel essencial no atendimento às demandas sociais, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, educação e organização comunitária. A falta de recursos adequados e tempestivos pode inviabilizar suas atividades, comprometendo diretamente o bem-estar da população; Adequação Legislativa Local: A ausência de regulamentação específica no município dificulta a aplicação eficiente das normas federais e estaduais pertinentes, como o MROSC. Uma legislação local pode estabelecer critérios claros para habilitação de entidades, simplificando os procedimentos e garantindo maior transparência e agilidade nos repasses. Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência que, no prazo mais breve possível, seja elaborado e encaminhado a esta Casa Legislativa um projeto de lei municipal com o objetivo de: Regular os procedimentos para celebrações de parcerias entre o Município e entidades da sociedade civil, conforme disposto na Lei nº 13.019/2014; Definir critérios para a inexigibilidade do chamado público, garantindo celeridade e segurança jurídica nos repasses de recursos a entidades específicas, desde que previamente identificados em lei; Criar mecanismos simplificados de cadastro, habilitação e certificação das entidades locais, promovendo maior eficiência na aplicação de recursos públicos. Solicita-se, ainda, que o Executivo Municipal priorize o atendimento desta solicitação, dada a sua relevância para o funcionamento das entidades que prestam serviços de interesse público e para a melhoria da qualidade de vida da população do município. De uso da palavra a Vereadora Maísa Renata Batista Gianini requer o que segue: **a)** Requer providências urgentes quanto a manutenção de uma ponte localizada próximo a propriedade do Sr. Cláudio Abílio, Bairro Coelhos, pois a mesma está em estado precário de conservação e trazendo muito perigo aos pedestres que transitam pelo local. Vale ressaltar, que este trajeto de estrada e esta ponte, são utilizados diariamente por crianças que estudam na escola do Bairro Coelhos, o que reforça ainda mais, este pedido de urgência de manutenção da mesma. Segue fotos anexas. **b)** Requerer a emissão de parecer técnico do Departamento de Licitação sobre a possibilidade de manter o credenciamento como modalidade de contratação para profissionais que atuam em áreas essenciais da administração municipal, como saúde, educação e assistência social, pelos seguintes motivos: Gravidade da Situação Atual: Desde o dia 20 de dezembro, as Estratégias de Saúde da Família (ESFs) do município encontram-se sem profissionais credenciados, resultando em desamparo para pacientes que dependem desses serviços. Essa situação compromete atendimentos básicos indispensáveis à saúde pública. O ano letivo está prestes a iniciar, e a ausência de credenciamento para oficinheiros e outros profissionais ligados ao ensino em período

integral poderá gerar prejuízos irreparáveis ao funcionamento das escolas e ao cumprimento das políticas públicas educacionais. Na mesma linha, a Secretaria de Assistência Social, especialmente por meio da Casa da Criança Feliz, enfrenta dificuldades na manutenção de programas e serviços voltados para crianças em situação de vulnerabilidade social, devido à indisponibilidade de profissionais contratados; Impacto de Alternativas à Modalidade de Credenciamento considerando o tempo necessário para a criação de cargos, que exigem: Lei específica previamente aprovada pelo Poder Legislativo; Estudo de impacto fiscal, especialmente no índice de pessoal do município; Planejamento e execução de processo seletivo, que demanda prazos consideráveis. Essa alternativa pode comprometer irreversivelmente a continuidade de serviços essenciais, acarretando prejuízos graves e imediatos para a população. Relevância do Credenciamento. O credenciamento, ao longo dos anos, tem sido mostrado uma solução célere, eficiente e compatível com os recursos, que no caso de psicólogos, possuem caráter temporário e são transferidos ao município para a execução de programas específicos. Adicionalmente, destaca-se que o credenciamento nº 009/2022, já realizado pelo município e vigente até 2023, foi aditivado no ano passado e poderia ser novamente prorrogado, mesmo com a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021. A nova legislação permite a continuidade e prorrogação de contratos firmados sob a antiga Lei nº 8.666/1993, conforme o artigo 103 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação é viável e legal desde que: Haja justificativa técnica e administrativa; Os serviços são comprovadamente necessários e de interesse público. O município de Andradas, por exemplo, mantém credenciamento aberto e contínuo, evidenciando que essa modalidade é juridicamente segura e eficiente para atender demandas em áreas essenciais. Diante de tudo que foi exposto, solicite que o Departamento de Licitação emita um parecer técnico que aborde, entre outros, os seguintes pontos: Viabilidade Legal: O credenciamento, como modalidade de contratação direta, está devidamente respaldado na Lei nº 14.133/2021 e em normas correlatas, para garantir a continuidade dos serviços essenciais? Em caso negativo, que seja demonstrado o que efetivamente mudou desde o último credenciamento realizado pelo município; Possibilidade de Aditivação: O credenciamento nº 009/2022, realizado sob a vigência da Lei nº 8.666/1993, pode ser prorrogado novamente, considerando a previsão contratual e a nova legislação? Em caso negativo, que as razões sejam apresentadas a esta Casa de Leis. Impactos Administrativos e Financeiros: A criação de cargos seria uma solução viável, considerando os prazos e o impacto no índice de pessoal? O credenciamento é mais eficiente para a manutenção da prestação de serviços de saúde, educação e assistência social, incluindo o programa Casa da Criança Feliz? Urgência e Necessidade: O credenciamento pode ser considerado a solução mais célere para suprir a ausência de profissionais nas ESFs, escolas em período integral e programas sociais? Caso não seja, que seja demonstrado as razões pelas quais as medidas necessárias não foram previamente tomadas, evitando-se, dessa forma, a paralisação de serviços públicos como, por exemplo, os oferecidos pelos ESFs. A Sra. Presidente diz que caso não sejam encaminhadas a esta Casa as devidas respostas ou até mesmo a resolução do problema, a Secretária da Licitação será convocada para os devidos esclarecimentos em Plenário da próxima Reunião Ordinária. Também gostaria de pedir, depois das

considerações finais, para ver com o líder de governo a respeito da ponte dos Capitães. Sabemos que ela está com problemas sérios, então gostaria de saber se há alguma previsão de arrumá-la no planejamento e quando será organizada. Acho que alguns vereadores já fizeram esse pedido, e estou reiterando o pedido que alguns vereadores já fizeram. A Sra. Presidente consulta todos(as) Senhores(as) Vereadores(as), se estão de acordo com o envio dos Requerimentos. Todos(as) se manifestam favoráveis. Todos requerimentos serão enviados em nome desta Casa Legislativa. A Sra. Presidente indaga ao Vereador Luiz Carlos Ribeiro Líder do Governo nesta Casa Legislativa, se o mesmo gostaria de dar alguma informação a população sobre os trabalhos do Executivo. O Vereador Luiz Carlos diz que sim e utiliza-se da palavra para as seguintes informações: sobre a ponte dos Capitães, conforme solicitado pela presidente. conversando com o prefeito, informo que a sondagem das cabeceiras está sendo feita pela Prefeitura de Divisa Nova, com os custos pagos por eles, e será rateado pela Prefeitura de Campo Verde. Precisaremos encontrar uma maneira de fazer esse pagamento para a Prefeitura de Divisa Nova. Com a sondagem, a primeira etapa está cumprida, e seguiremos para as próximas etapas, que incluem a confecção das cabeceiras da ponte. Gostaria também de fazer um convite aos vereadores. Amanhã, dia 28 de janeiro, às 15 horas, o deputado Antônio Carlos Arantes estará na prefeitura. Ele visitará o trecho que será asfaltado, começando de novo para Serra dos Lemes. Gostaria que todos estivessem presentes na prefeitura às 15 horas e depois acompanhassem o deputado até o local. Após a visita, convido todos para um café da tarde na Casa do Artesanato, na entrada de nossa Cidade. O Vereador Lucas solicita um aparte em relação à ponte dos Capitães. Diz que esteve hoje de manhã na solenidade de passagem de comando do vigésimo batalhão em Poços de Caldas e encontrou com o prefeito de Divisa Nova, Zé Luiz. Ele mencionou exatamente o que o senhor falou, então podemos realmente confiar no que o prefeito está dizendo. Ele mencionou que, ainda essa semana, tentará se encontrar com o prefeito para agilizar ainda mais esse processo. O Vereador Luiz Carlos agradece muito pela colaboração. O Vereador João Paulo de Moraes solicita que lhe seja concedida a palavra para fazer um agradecimento. Agradece muito ao deputado Luizinho pelo compromisso com os recursos destinados à nossa cidade, especialmente ao bairro Chapadão. Ele está destinando R\$100.000,00 reais para a reforma da praça Prefeito Zé Romão de Souza, R\$150.000,00 reais para a reforma do Barracão do Conselho e R\$15.000,00 reais para uma cadeira especial para a filha do Gilmar e uma cadeira para o Zé Roberto. Agradece muito, ao Deputado Luizinho, pelo incentivo e pelo apoio ao nosso bairro Chapadão. A Vereadora Maísa diz achar até importante que nos requerimentos possamos mandar um ofício de agradecimento. O Antônio José e a Ana Paula também entraram em contato comigo hoje e, de repente, poderíamos mandar esse ofício de agradecimento em conjunto. Ele se comprometeu a enviar ainda mais recursos para a saúde, e todos os recursos enviados pelos deputados são de grande importância. A Vereadora Liamara solicita a palavra e diz que um dos seus requerimentos feitos aqui hoje, é justamente por esse motivo. Conseguimos essas emendas parlamentares, mas fica difícil chegar na prefeitura e passar. Na semana passada, recebemos o Deputado Luizinho, e foi ele que me sugeriu conversar com o prefeito. Ele também conversou com o prefeito na secretaria, e estão

apenas aguardando acertar os detalhes para que os recursos sejam enviados diretamente às entidades, sem passar pela prefeitura. A gravação desta Reunião fica salva em arquivo eletrônico em sua integralidade, caso haja alguma dúvida por parte de algum(a) Vereador(a) sobre sua fala, devendo o(a) Vereador(a) se manifestar em tempo hábil, para a devida correção, antes da aprovação desta Ata. Nada mais havendo para constar e tratar nessa sessão, agradece a presença de todos e passa a Reunião Extraordinária das 21 horas, para análise, discussão e votação do Projeto de Resolução nº 02 e 03/2025, de autoria desta Câmara Legislativa e Projeto de Lei 02/2025 de autoria do Vereador Lucas Guilherme da Silva, em regime de urgência, para devidas providências contábeis. E eu Assessora Legislativa, lavro a presente Ata que, depois de submetida ao Plenário, se aprovada, vai por todos assinada.

João Paulo de Moraes

José Maria Messias

Juscelino Tereza

Liamara Pereira Castello Branco

Lucas Guilherme da Silva

Luiz Carlos Ribeiro

Maísa Renata Batista Gianini

Marcos Alexandre da Silva

Pedro Sérgio Aparecido

OBSERVAÇÕES: _____

ESTE ESPAÇO EM BRANCO FICA INUTILIZADO.